

CAPÍTULO 5 – EFERVESCÊNCIA EFÉMERA: LEVANTAMENTOS POPULARES URBANOS EM MOÇAMBIQUE¹

Bjørn Enge Bertelsen

Quando fomos para a rua e apanhámos nas lojas o que queríamos, foi fantástico! Controlámos as praças e pontes – expulsámos a polícia. Fomos para a esquadra, gritámos e cantámos. [Os polícias] tiveram que se esconder. Estavam com medo! Foi fantástico – era o poder popular de novo e nós próprios é que organizámos tudo. Podíamos fazer o que queríamos e todos estavam contentes!

Introdução

Foi com as palavras acima e com visível alegria que, um mês após os protestos urbanos de Chimoio, a 1 e 2 de Setembro de 2010, quando me encontrava a fazer trabalho de campo, um jovem de 22 anos me descreveu a experiência. São muitos os aspectos contidos nesta citação típica, mas vale a pena destacar os elementos emancipatórios, colectivos e igualitários, mas também festivos do que os participantes chamaram ‘greve’. De facto, a auto-organização, a conquista do espaço infra-estrutural do Estado e o fervor da mobilização de massa são aspectos centrais das greves que, nos últimos anos, têm repetidamente desafiado a soberania do Estado moçambicano.

¹ Texto traduzido do original em inglês, publicado na revista *Ethnos*, Vol. 81, Nº 1, 2016.

Correspondendo ao que os meus interlocutores chamam de “greves” e que eu, inspirado pela noção de Badiou (2012: 90), designarei também como “levantamentos populares”, as greves, portanto, parecem desafiar a concepção de Jean-Francois Bayart (1993) segundo a qual o Estado africano se constitui em forma de rizoma, contando com redes extensas, dinâmicas e em transformação contínua que se situam para além e abaixo do seu campo formal. Contra a ideia de Bayart, a greve de 2010 foi precedida por eventos semelhantes em 2008, o que põe em causa uma leitura do Estado que incorporaria um domínio rizómico totalmente poderoso. A dimensão das greves de 2008 e 2010 – e o controlo das cidades durante vários dias – foi tal que abrangeram quer os espaços urbanos normalmente associados à soberania, quer as redes rizómicas e capacidades para além do alcance do Estado pós-colonial moçambicano. Para além disso, as greves foram em geral caracterizadas por uma atmosfera festiva de revolta, de criatividade e de colectivismo – aspectos que Durkheim identificou, há mais de um século, como chave para a dinâmica não só do ritual e da sociabilidade, mas também da ruptura histórica e da política:

Há períodos na história em que, sob a influência de um grande choque colectivo, as interacções sociais se tornaram mais frequentes e activas. Os homens procuram-se uns aos outros e juntam-se mais do que nunca. Essa efervescência colectiva é característica de épocas revolucionárias ou criativas (...) As mudanças não são apenas de tons e graus; os homens tornam-se diferentes. As paixões que os movimentam são de tal intensidade que não podem ser satisfeitas senão por acções violentas e desenfreadas, acções de heroísmo sobre-humano, ou de barbaridade sangrenta. (Durkheim 2008 [1915], p.210f)

Informado por esta perspectiva de efervescência, (também apoiado por Karen E. Fields [1995: xl-xliii]), e considerando as greves moçambicanas como conformes à noção de “grandes choques colectivos”, este artigo considera esses eventos como irreduzíveis ao que é frequentemente rotulado como “revoltas da fome” (ver Walton & Sneddon, 2011). Além disso, e ao contrário de muitas pesquisas sobre questões e políticas urbanas em Moçambique, que se baseiam geralmente em material de Maputo (ver, por exemplo, Sumich 2010, 2013, para duas análises interessantes), este trabalho incorpora muito material de Chimoio, na Província de Manica. Através do mapeamento e da análise de espaços urbanos para além de Maputo, é possível destacar como os contextos do Estado pós-colonial implicam uma rede e, muitas vezes, uma articulação incompleta da soberania e da autoridade política nos espaços urbanos. Consequentemente, o argumento que se segue não apresenta as formações soberanas

dos Estados africanos como necessariamente emanando de um centro imaginado ou espacialmente definido, nem como uma formação baseada no controlo de domínios rizomáticos, como no argumento de Bayart. Em vez disso, o trabalho explora como a ordem política moçambicana tem sido palco de confrontos recorrentes que produziram efeitos perturbadores, o que enfatiza a natureza contestada e parcial da soberania pós-colonial (ver também Hansen & Stepputat, 2005), analisa de que formas essa soberania foi, ainda que de maneira efémera, apropriada por novas formações políticas, os levantamentos populares, e como dimensões horizontais, igualitárias e digitais fazem parte integrante da sua trajectória e articulação. Novas formações políticas, como as que se manifestaram através das greves, também se caracterizam por múltiplos objectivos políticos e por estratégias multi-sémicas. Finalmente, essas formações são frequentemente vividas como eventos entusiásticos, festivos e carnavalescos pelos participantes.

Interlúdio: SMS, agitação e medos políticos em África

Numa época em que os princípios da democracia representativa, dos direitos humanos e da sociedade civil são hegemónicos e ubíquos (Fassin, 2012), podia-se supor que os protestos e as revoltas populares desapareceriam. Tal não é o caso. Uma longa trajetória histórica de revoltas e protestos em todo o norte da África e no Médio Oriente (Fosshagen, 2014) e, de modo mais geral, novas formações radicais globais de protesto urbano actualizaram a relevância dos debates sobre o seu potencial de promover mudanças políticas profundas (ver, por exemplo, Badiou, 2012; Harvey, 2012). Tal potencial para a mudança não passou despercebido aos líderes políticos da África Austral. Numa reunião da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral, em Abril de 2011, o presidente do Órgão de Cooperação nas áreas de Política, Defesa e Segurança, o Presidente zambiano Rupiah Banda, alertou os Chefes de Estado: “Se há algo que devemos aprender com as revoltas que estão a acontecer no norte do nosso continente é que as expectativas legítimas dos cidadãos dos nossos países não podem ser tidas como garantidas” (citado em Zhangzha, 2011). A advertência do Presidente Banda foi feita depois de a África Austral ter vivido os efeitos de protestos, na sequência de um SMS viral em Moçambique, em meados de Agosto de 2010:

Mocambicano prepara-te no grande dia de greve 01/09/10.
Revendicamos sobre a subida de preços J e energia, água, arroz,
xapa e pão. Envia pra outros Mocambicanos.²

2 Transcrição do SMS original, que me foi enviado por um amigo Moçambicano.

O SMS incluía o emoticon de brincadeira e podia parecer isso mesmo. Visivelmente, as autoridades moçambicanas consideraram-no como tal. Entretanto, no início da quinta-feira, 1 de Setembro de 2010, os transportes públicos não circularam e um grande número de pessoas ocupou as ruas da capital, Maputo. Acontecimentos semelhantes ocorreram nas cidades da Beira, Chimoio e Matola. As multidões de Maputo estavam mais engajadas numa revolta popular do que numa “greve” convencional. Queimando pneus, fazendo barricadas nas estradas e virando carros, os participantes conseguiram bloquear as estradas principais dentro e à volta do centro da cidade durante dois dias.³ Apesar de uma forte intervenção policial e do uso de gás lacrimogénico e de balas reais (que fizeram 14 vítimas mortais, incluindo crianças), durante os dois dias da greve houve pilhagem de lojas e armazéns, visando especialmente os alimentos básicos, como arroz e óleo de cozinha (CIP, 2010). Tais acontecimentos já tinham precedentes em Moçambique, pois, já em 5 de Fevereiro de 2008 tinha acontecido um levantamento popular em Maputo, também chamado de greve, que se estendeu para outras cidades, incluindo Chimoio, em protesto contra os aumentos de preços. Tal como em 2010, os levantamentos de 2008 incluíram a pilhagem, a ocupação de espaços urbanos e a morte de manifestantes.⁴

Do poder português ao poder popular e depois

As greves de 2008 e 2010 desenrolaram-se num país que historicamente tem sido abalado por várias formas de violência política e de luta à volta da soberania e controlo territorial. O colonialismo português, quando tomou o território que mais tarde seria chamado Moçambique, foi desafiado desde os anos 1500 pelas resistências iniciais à ocupação, até ao abandono pelo Estado português das suas colónias africanas, em 1975 (Newitt, 1995). O golpe decisivo para o governo português em Moçambique começou com o movimento de libertação, a Frelimo (Frente de Libertação de Moçambique), que promoveu a luta contra o colonialismo de 1962 até 1975. Com a independência e a subida da Frelimo ao poder, em 1975, Moçambique engajou-se num processo revolucionário de desenvolvimento com uma orientação de tipo socialista (Isaacman, 1978). Instalada no poder como partido único, a Frelimo propunha-se transformar radicalmente as desigualdades estruturais herdadas do período colonial e conduzir o povo a uma nova era de

³ Os participantes na greve conformam-se no geral com a noção de “multidão” de Rude (2005 [1964]: 4), que inclui “manifestações políticas e o que os sociólogos chamam de “multidão agressiva” ou “explosão hostil”- acções como greves, tumultos, rebeliões, insurreições e revoluções”. Eu sigo o trabalho de Mazzarella (2010) que considera a noção de multidão não no sentido patologizante notoriamente expresso por Gustave LeBon, mas como portadora de grande potencial criador e sendo “anarquicamente indisciplinada”.

⁴ O termo “riot” (tumulto) é problemático, uma vez que é em geral usado de maneira imprecisa e/ou centrada no Estado (ver também Ginty, 2004). Ao ler este material, fica claro que os termos “greve” e “levantamento popular” captam melhor a complexidade empírica e a dimensão política dos eventos em questão, que, em Moçambique, são geralmente chamados de greves.

prosperidade e de igualdade. Essa política radical envolveu o combate contra o que era visto como obscurantismo: os líderes e outros chefes tradicionais, assim como os curandeiros eram vistos como vestígios do colonialismo e foram substituídos por secretários do partido e por pessoal médico (Bertelsen, 2016).

Embora inicialmente bem-sucedida, a implementação da política revolucionária da Frelimo foi severamente prejudicada por uma guerra civil, entre 1977 e 1992, em que a Renamo, apoiada do exterior (inicialmente pela Rodésia e depois pela África do Sul) tentou desestabilizar o regime (Nordstrom, 1997). Apesar da sua extrema violência, a Renamo teve, paradoxalmente, um amplo apoio em certas regiões rurais, em grande medida de camponeses que reagiam contra o projecto radical de modernização da Frelimo (Geffray, 1990). As primeiras eleições livres do país, em 1994, reflectiram esse apoio e a Renamo e a Frelimo – ambos partidos políticos convencionais nessa fase – dividiram o eleitorado entre si, com a Frelimo a ganhar por uma pequena margem. Desde então, a Frelimo manteve-se no poder, a Renamo continua a ser um partido de oposição e uma força política fundamental, e Moçambique emergiu das cinzas da guerra civil com uma impressionante taxa de crescimento do PIB com uma média anual de 8,3% entre 1997 e 2008 (Cunguara e Hanlon, 2012, p.627).

Até recentemente, a maioria dos doadores (e muitos pesquisadores) considerava que o desenvolvimento pós-guerra civil de Moçambique estava a ser bem-sucedido, com grande crescimento económico e que o país, apoiado pelo FMI, pelo Banco Mundial, por múltiplos acordos bilaterais de ajuda e por numerosas ONGs, estava “no caminho certo” (Clément & Peiris, 2008). Em 2009, portanto, o choque entre os doadores foi grande quando os relatórios mostraram que, apesar de um crescimento económico forte de quase duas décadas, a pobreza aumentava, em vez de diminuir (Cunguara, 2012). Ultimamente, Moçambique começou a ter um problema de imagem: a expressão retórica socialista ainda muito em voga “A luta continua” é agora popularmente desviada, pelos meus interlocutores e outros, como “A pobreza continua”.⁵

A imagem de Moçambique como uma história de sucesso pós-conflito também é cada vez mais questionada pelos doadores (Cunguara, 2012), sobretudo devido aos fracos resultados do seu apoio dirigido à descentralização numa série de domínios, como a justiça, a administração local e a saúde (Manning & Marlborough, 2012; McKay, 2012). Embora indubitavelmente produzam mudanças estruturais significativas, tais desenvolvimentos também devem ser enquadrados num contexto político-económico mais amplo: depois da destruição das infra-estruturas estatais e de recursos durante a guerra civil, na década de 1990, o país sofreu o maior programa de privatização na África Sub-sahariana, envolvendo um processo de acumulação fortemente corrupto e

5 Dada a sensibilidade política em torno das greves, nenhuma das pessoas citadas neste artigo é nomeada, para proteger a sua identidade.

uma desenfreada apropriação de activos, bem como o que Santos (2006) denominou “a produção de um Estado fraco”. Além disso, no campo da justiça, a descentralização dos poderes do Estado incluiu a criação de uma polícia comunitária, formada para compensar a baixa qualidade e a violência da polícia regular (Kyed, 2009; 2012; Bertelsen, 2010; 2011). O estabelecimento dessas forças policiais comunitárias coincidiu com um aumento enorme de linchamentos populares, bem como com o surgimento de esquadrões da morte liderados pela polícia (Bertelsen, 2009b). Portanto, para a população urbana nos bairros populares, um dos efeitos das políticas de descentralização apoiadas pelos doadores tem sido a multiplicação das estruturas de autoridade (Santos, 2006).

As tendências para o aumento da pobreza em conjunto com a diversificação quer das formas de violência, quer de autoridades, em contextos urbanos pobres, e um sistema de Estado de partido único cada vez mais orientado para os negócios são as razões de fundo apontadas pelos meus interlocutores, em Chimoio e em Maputo, para as duas recentes revoltas populares.

As greves de Maputo: barricadas, saque e protecção

Como se pode perceber do SMS transcrito acima, uma fonte aparentemente desconhecida apela a uma “greve” nacional para o 1 de Setembro de 2010. Na sequência disso, a população ocupou as ruas dos bairros.⁶ Um jovem com quem conversei em Janeiro de 2013 recordou assim os acontecimentos:

Havia cantos e danças em todos os lugares, nas praças, nas ruas! Alguns bebiam. Muitos cantavam “Guebuza ladrão”. Muitos dos meus vizinhos participaram. Pessoas que eu não conhecia também. Muitos também foram apanhar coisas que eles queriam nas lojas. Foi bom!

O ladrão acima referido era Armando Guebuza, o então Presidente de Moçambique e líder da Frelimo. Contudo, muito rapidamente a “festa de rua” deu lugar a múltiplas formas de protesto físico e de violência dirigida principalmente contra duas dimensões urbanas: os espaços e domínios do Estado e os símbolos de riqueza. Sublinhando as tendências carnavalescas e os elementos incontroláveis da greve de 2010, uma mulher de pouco mais de 20 anos do Bairro Maxaquene C, uma zona de Maputo de baixo rendimento e alta densidade populacional, disse-me:

⁶ Embora tenha havido muita especulação nos *media* sobre as circunstâncias do primeiro SMS, nenhum “primeiro remetente” foi identificado, nem as alegações de distribuição de massa foram confirmadas.

A greve é chamada xitereka em xichangana.⁷ Xitereka é melhor do que chamá-la de greve. Significa um estado de confusão, onde todos podem fazer o que querem. Xitereka foi uma coisa boa. Mostrou à Frelimo que não gostamos deles. Que as coisas são demasiado caras e que é perigoso ficarem com todas as boas coisas só para eles. Então nós marchámos para os lugares dessas coisas.

Como se vê no extracto desta entrevista de 2013, a greve (ou xitereka) levou à ocupação de certos espaços do Estado: desde cedo, no primeiro dia, muitas das estradas principais que levam ao centro da cidade de Maputo foram tomadas por grandes multidões – jovens e idosos, homens, mulheres e crianças – que viraram e incendiaram um certo número de chapas, machimbombos e carros. Depois, os ataques a veículos deram lugar à construção de grandes barricadas de pneus queimados, o que tornou perigoso tentar passar de carro, tendo aqueles que o tentaram sido alvejados com pedras, tijolos ou outros objectos. Um grande número de supermercados, lojas e armazéns foram invadidos e saqueados. As pessoas procuravam principalmente o arroz, o óleo de cozinha e a farinha, os bens mencionados no SMS como sendo sujeitos a aumentos de preços, mas todos os tipos de produtos foram saqueados, incluindo geleiras, telefones, computadores e mobiliário.

A pilhagem generalizada e a perda do controlo estatal sobre o espaço urbano provocaram uma reacção. A polícia foi enviada para a rua para enfrentar os manifestantes e, em muitos bairros, empregou a força extrema nos seus esforços para reprimi-los. O uso indiscriminado do gás lacrimogéneo – usado mesmo onde os próprios polícias sofriam os seus efeitos devido à direcção do vento – levou a que as multidões fossem sendo dispersadas. A polícia usou balas de borracha, mas também balas reais, atirando directamente sobre grupos de pessoas, o que resultou na morte de pelo menos 14 pessoas. Sem surpresa, os relatórios sobre o comportamento da polícia foram condenatórios, enfatizando a falta de preparação, o cansaço, a falta de treino e a ausência de uma cadeia de comando clara, bem como o uso desproporcional da violência (CIP, 2010).

A revolta popular durou dois dias inteiros, paralisou a capital moçambicana e impediu que os cidadãos dos bairros suburbanos fossem trabalhar, pois os chapa 100, que são o principal meio de transporte urbano, não circulavam. Com as empresas e serviços paralizados e quase nenhum veículo a circular pelas ruas, o centro de Maputo ficou deserto. Alguns dos bairros onde vivem os ricos e poderosos, como o bairro Sommerschild, essencialmente ocupado por trabalhadores estrangeiros expatriados, diplomatas, políticos e moçambicanos de classe média e alta, foram preservados dos ataques (AfricaFocus, 2010). O uso da polícia para proteger os ricos e poderosos

7 O Xichangana é a língua dominante no sul de Moçambique.

da ameaça da greve que se desenvolvia noutros bairros do centro e nos bairros suburbanos está em consonância com uma distribuição cada vez mais desigual da segurança urbana e protecção a nível global. Como afirmam Paasche e Sidaway (2010, p.1566), a tendência é para a “mercantilização e fragmentação da provisão de serviços de segurança em Maputo, combinada com a incapacidade e/ou abandono pelo Estado do monopólio do uso coercitivo da força” (ver também Buur *et al.*, 2006). Além disso, acontecimentos dramáticos como os de 2008 e 2010 contribuem para alimentar e reforçar os imaginários urbanos de divisão, exclusão e humilhação sentidos pelos habitantes que vivem nos espaços adjacentes às áreas ricas e bem protegidas (Bertelsen *et al.*, 2013).

A anatomia da greve em Chimoio

Chimoio, capital provincial de Manica, tem cerca de 200.000 habitantes e está localizada no corredor da Beira, a cerca de 100 km da fronteira do Zimbabwe. Nas últimas décadas, os seus bairros têm crescido de forma constante, atraindo imigrantes que fogem do Zimbabwe, mas também uma migração rural-urbana interna (em parte sazonal). Tenho observado esse processo ao longo de vários estudos de campo nas zonas urbanas e peri-urbanas de Chimoio desde 1998 (ver também Lubkemann, 2008). O que se segue é baseado principalmente em entrevistas, relatórios e trabalho de campo que realizei durante as minhas visitas a Chimoio em Outubro de 2010, um mês após o levantamento popular e, novamente, em Julho e Agosto de 2011.

No essencial, a trajectória do levantamento popular em Chimoio foi semelhante ao que se passou em Maputo: as estradas para o centro da cidade foram barricadas para bloquear o tráfego. O controlo da infra-estrutura de transportes incluiu algumas praças de grande importância simbólica, como a Praça dos Heróis, que consagra e celebra o papel da Frelimo na luta de libertação de Moçambique. Algumas pontes também foram tomadas pelos manifestantes, nomeadamente a ponte que liga a zona norte ao centro da cidade, o que tornou muito difícil o acesso ao populoso Bairro Nhamahonha. Além disso, foram cortadas linhas telefónicas, bem como linhas de electricidade. Esquadras e carros da polícia foram atacados e, como em Maputo, também a polícia de Chimoio reagiu com força indiscriminada, acabando por matar algumas pessoas e ferir muitas mais.

Informado sobre os acontecimentos em Maputo, Chimoio e noutras cidades, o Ministro do Interior, José Pacheco, foi à televisão nacional às 13 horas do primeiro dia da greve de 2010. Com a intenção de controlar a situação, Pacheco rejeitou categoricamente a ideia de que o governo iria voltar atrás nos aumentos de preços e acusou a Renamo de promover os protestos. Durante a tarde, foi a vez de aparecer na televisão nacional o Presidente Armando Guebuza – o homem apelidado de ladrão

por muitos manifestantes em Chimoio. Guebuza denunciou a greve como um acto de vandalismo, numa tentativa óbvia de despolitizar a situação e de criminalizar os manifestantes. De um modo paradoxal, Guebuza insistiu nos *slogans* do governo da Frelimo: “A produção é a saída da pobreza” e “Com a Frelimo vamos vencer a pobreza”. Nenhuma destas intervenções televisivas teve o efeito pretendido e os manifestantes continuaram a sair à rua. Segundo os meus interlocutores, a revolta popular beneficiou da cobertura em directo dos eventos, feita pelo canal de televisão privado STV, a partir das 9h30. Com efeito, a STV enviou para o terreno equipas de reportagem, que circularam pelos bairros de Maputo documentando onde e como as pessoas protestavam.

No momento em que os protestos cessaram, na tarde de 2 de Setembro, o governo moçambicano tinha decidido duas medidas, para além das tentativas em parte fracassadas de repressão violenta e de dissuasão através de anúncios públicos: em primeiro lugar, recuou e afirmou que não haveria aumentos de preços, concedendo assim aos manifestantes uma vitória; em segundo lugar, há indicações de que o governo teria conseguido obrigar as duas empresas de telecomunicações dominantes – a Vodacom e a empresa nacional Mcel – a interromper, ou reduzir drasticamente, os serviços de mensagens de texto nacionais (AFP, 2010). Esse corte significou uma interrupção efectiva na circulação de informação entre os grupos e indivíduos manifestantes. No início de 2014, foi introduzida legislação para criminalizar a propagação de mensagens de texto, correios electrónicos e outras publicações que “insultem ou ponham em causa a segurança do Estado” (Traduzido e citado de Clube de Moçambique 2014).

Este tipo de corte das comunicações não é exclusivo a Moçambique: após as eleições de 2005, o governo etíope desactivou o serviço de mensagens de texto por dois anos, temendo o seu uso potencial pelos partidos de oposição (Eagle 2010, p.15). Da mesma forma, respondendo aos protestos urbanos em Julho de 2011 (AFP, 2011), o governo malawiano bloqueou o acesso a *sites* de notícias, ao Facebook e ao Twitter. Embora Tom Lodge (2013, p.151) seja muito optimista ao afirmar que “em toda a África, a difusão das tecnologias de comunicação teve um efeito de empoderamento para os cidadãos comuns”, o uso potencial da tecnologia digital na governação, segurança e eleições é cada vez mais um importante tema de estudo em África e não só (ver Hellström, 2011; Poblet, 2011, por exemplo).

Esta tendência mais geral de um componente digital na política africana de descontentamento (e sua contenção) estava claramente presente nos acontecimentos de Moçambique: a intervenção (provável) do Estado nas telecomunicações e o seu uso da violência, bem como a relativa facilidade com que os manifestantes atingiram os seus objectivos imediatos, sublinham a necessidade de compreender tanto a anatomia e o fervor dos levantamentos populares, como a organização do descontentamento político e social no seio do Estado africano.

O rizoma das greves

Dado que os manifestantes enviavam os SMS usando cartões SIM comprados aos vendedores ambulantes informais, era impossível para o governo identificar remetentes, ou receptores. Até depois da greve de 2010, 95% dos utilizadores de telemóveis em Moçambique usavam cartões SIM comprados na rua, sem obrigação de registar os seus dados (Archambault, 2011). Esta situação alterou-se posteriormente, uma vez que o Estado moçambicano decidiu a obrigatoriedade de todos os utilizadores registarem os seus cartões SIM (Mabila *et al.*, 2010, p.4). Entretanto, no momento das greves de 2008 e 2010, a propagação horizontal dos SMS reflectia a dinâmica organizacional dos levantamentos populares: não havia estrutura hierárquica aparente em forma de liderança reconhecida (mesmo no contexto de sublevações populares), como seria o caso se, por exemplo, se tratasse de uma “greve” no sentido convencional, organizada por um sindicato.

Mais surpreendente ainda, talvez, é que, embora se pudesse esperar que a Renamo estivesse envolvida – sendo o maior partido de oposição de Moçambique e um elemento central no desenvolvimento político pacífico do pós-guerra – tal não foi o caso, não obstante as alegações feitas pelo Ministro do Interior e pelo Presidente Guebuza na televisão nacional. Na verdade, os meus interlocutores de Maputo e Chimoio consideram que a Renamo não desempenhou qualquer papel organizativo e que não influenciou nem o nível de participação popular, nem a extensão das revoltas dentro destas cidades ou para outras cidades moçambicanas. Esta visão é corroborada pelo facto de a Renamo não ter reivindicado qualquer responsabilidade, nem a liderança, na greve e de não ter usado esses eventos como uma forma de capital político e simbólico. Isto é especialmente significativo em Chimoio, na medida em que ali, como em toda a província de Manica, a Renamo tem historicamente obtido a maioria dos votos nas eleições presidenciais, parlamentares e provinciais. Reflectindo sobre a ausência da Renamo, um jovem de Chimoio, do Bairro Nhamahonha, disse-me em Outubro de 2010:

Ah, a Renamo! Eles costumavam ser grandes, costumavam ter poder! Durante a guerra, bateram a Frelimo. Difícil! Eles trouxeram ordem, trouxeram os chefes de volta. Fizeram tudo! Mas agora, ah, estão sentados em Maputo a comer como a Frelimo. Agora a Renamo não tem poder. E a Frelimo não quer mudar nada. Então, o povo precisa mostrar-lhes como se resolvem as coisas.

O que deve ser entendido aqui – e que foi manifestado por vários outros interlocutores – é que acontecimentos recentes como a onda de linchamentos, bem

como a revolta popular de 2008, abriram o caminho para um modo de confrontação popular directa com o Estado, em particular contra a sua elite e a sua acumulação de riqueza (Bertelsen, 2009a; 2014, ver também Serra, 2008). Num contexto em que os dois partidos políticos dominantes são vistos quer como tendo-se afastado da política (a Frelimo), quer como tendo perdido a sua força (a Renamo), a rapidez e a organização horizontal e igualitária da greve assumem um significado especial (veja também Cahen, 2010). De certa maneira, portanto, a dinâmica do levantamento popular assemelha-se ao que Deleuze e Guattari (2002 [1980], p.358), usando o exemplo dos “bandos”, chamam a forma de rizoma:

As matilhas, os bandos são grupos do tipo rizoma, ao contrário do tipo arborescente que se constitui em torno de órgãos de poder. É por isso que os bandos em geral, quer os envolvidos no banditismo, quer os da vida da alta sociedade, são metamorfoses de uma máquina de guerra formalmente distinta de todos os aparelhos de Estado e seus equivalentes, que são, pelo contrário, o que estrutura as sociedades centralizadas.

Neste sentido, a forma do bando, que integra aspectos-chave da forma horizontal e indefinida da insurreição popular, tem o potencial inquietante inerente às ordens sociais e políticas rizomáticas que escapam ao alcance do Estado.

Tomando os espaços e a riqueza do Estado

Apesar das características das greves, instantâneas, acéfalas, rizomáticas e com uma organização do tipo “bandos”, os manifestantes, ainda que de maneira efémera, ocuparam espaços-chave e infra-estruturas do Estado, incluindo pontes, praças e estradas principais. Tal foi o caso em particular da cidade de cimento no Chimoio, o centro da cidade, onde se encontram as zonas comerciais, a riqueza e o Estado. O isolamento temporário da cidade de cimento teve como corolário um impacto importante na dinâmica espacial dos linchamentos, que vinham acontecendo regularmente em Chimoio e noutras cidades moçambicanas nos últimos anos (Bertelsen, 2009a). No contexto da iniciativa de descentralização, acima referida, os populares viram que a presença policial se restringia apenas à cidade de cimento, ao mesmo tempo que as autoridades municipais condenavam os linchamentos nos pobres bairros. Como efeito destes processos, os linchamentos distribuíram-se de forma centrífuga para os espaços urbanos periféricos do Estado moçambicano.

A dinâmica das greves indica uma dimensão espacial semelhante, mas com uma força centrípeta: em vez de serem os bairros pobres a serem abandonados pelo Estado,

foi a cidade de cimento, o próprio espaço do Estado e da riqueza, que foi alvo de ataque. De tal forma que, os símbolos e a infra-estrutura do controlo do Estado foram postos em causa e redefinidos, por vezes atacados directamente, como no caso da principal esquadra de Chimoio e dos carros da polícia. Os manifestantes engajaram-se, pois, numa espécie de renegociação espacial do aparelho de Estado.

Em Fevereiro de 2013, um chefe do quarteirão do Bairro Maxaquene B aponta como a greve de 2010 se desenrolou em certos lugares específicos, reflectindo em certa medida a postura do governo moçambicano de criminalizar os manifestantes:

As pessoas boas ficaram em casa e não participaram. Mas, a greve só aconteceu onde havia coisas. Aqui [Maxaquene B] não temos nada. Então aqui não aconteceu nada. Mas em outros lugares, ah, muito! A guerra vem do estômago, sabe. As pessoas precisam de trabalho e de coisas.

Reflectindo indirectamente essa crítica, outros interlocutores que participaram nos eventos sustentaram que as suas acções proporcionavam uma espécie de reparação em relação ao que consideravam uma acumulação ilícita: havendo a ideia que a elite estatal e empresarial se tinham fundido e tornado cada vez mais ricas, por que razão as pessoas comuns deviam ser impedidas de tomar parte dessa riqueza? Essa reapropriação da riqueza foi-me muitas vezes explicada em 2010, 2011, 2013 e 2014 como sendo a razão para o saque dos supermercados, lojas e outros negócios. Isso ficou também evidente numa entrevista realizada com uma mulher de meia-idade no Bairro Textáfrica de Chimoio, em Outubro de 2010. Ela tinha participado e achava que tinha tido sorte, pois tinha apanhado um saco de 20 kg de arroz. Explicou-me assim a razão da sua participação:

Eles comem há muitos anos. A paz chegou, a democracia chegou, as eleições chegaram. Tudo aconteceu, mas eles são os únicos a comer. Os nossos filhos estão com fome: precisamos comer também.

Essa acção directa contra aqueles que são vistos como ricos, gananciosos e poderosos, sublinha a clara dimensão política que os levantamentos populares têm para os participantes. Contudo, também indica que os moçambicanos não são nem pacíficos nem desinteressados da política, apesar de terem tido a experiência de uma horrível violência durante a guerra civil e de uma imposição de reformas neoliberais que desmantelaram os serviços públicos, para além de terem estado sempre sob o poder da Frelimo, desde 1975 (West, 2005). Pelo contrário, porque os escalões mais elevados do poder do Estado se tornaram cada vez menos centrados no povo e como a visão do

socialismo se reduziu a uma simples retórica, ao se confrontarem directamente com agentes do Estado, como a polícia, os populares atacam (e, na verdade, compensam), em termos práticos, a fonte da sua marginalização e pobreza (ver também Sumich, 2010). Um jovem desempregado que entrevistei em Chimoio em Agosto de 2011 abordou as frequentemente comentadas relações entre custo de vida, elite e polícia:

Eu participei porque queria destruir as lojas que vendem tudo a um preço muito alto. Fomos também para a 1ª Esquadra. Lá, atirámos muitas pedras e os polícias correram para se esconderem lá dentro. De lá dispararam as suas armas, mas mais para o ar do que para população. Fomos para a polícia porque eles não estão a resolver os problemas lá. Se você é um criminoso e tem dinheiro, você é libertado imediatamente. Se você não tem dinheiro para pagar à polícia, você vai ficar lá e ser batido.

Como este jovem indicou, as greves desenrolaram-se em espaços urbanos específicos e tinham alvos precisos (ver também Bertelsen, 2009a). Em Chimoio, isso incluiu domínios simbólicos e materiais recentes de exclusão e acumulação imoral: os Chineses e as suas lojas. Estes foram alvos, da mesma forma que o foram as lojas de moçambicanos de ascendência indiana (ver também Serra, 2010). Saliente-se que tal segmentação tem como pano de fundo o facto de os jornais moçambicanos terem repetidamente publicado artigos sobre o facto de membros da elite da Frelimo estarem ligados a grandes empresas em sociedade com Chineses, moçambicanos de ascendência indiana e outros estrangeiros. Para os meus interlocutores, essas afinidades e ligações entre a Frelimo e o “grande negócio” tornaram essas lojas alvos naturais durante as greves e os ataques de que foram alvo foram vistos como uma forma de re-apropriação da riqueza visível do partido e justificados pela traição da elite ao povo, em benefício próprio e de interesses estrangeiros.

No entanto, uma interpretação simples, de “comer os ricos”, é demasiado simplista neste contexto. Em Maputo, as barracas e pequenas lojas de Nigerianos também foram saqueadas e, em Chimoio, as bancas dos Somalis foram saqueadas e destruídas. Essas pessoas – Chineses, Nigerianos e Somalis – não são apenas vistas como empresários bem-sucedidos à custa dos moçambicanos, mas também são amplamente suspeitas de controlarem o tráfico de drogas e estarem envolvidas no roubo de carros e outros roubos. Em Chimoio, as bancas somalis nos grandes mercados informais dificilmente podem ser vistas como representando o partido no poder. Além disso, e reflectindo a política local e as memórias da guerra civil, as bancas dos naturais de Quelimane também foram saqueadas e queimadas. Assim, parece que a compreensão dos participantes sobre a sua marginalização foi em parte moldada pelo tipo de dinâmica

política xenófoba a que os migrantes moçambicanos foram violentamente sujeitos em vários momentos na África do Sul, por exemplo em 2008 (Friebel *et al.*, 2012).

“Agora eles têm medo de nós”: greves excessivas e perturbadoras

Vimos atrás como as greves se relacionam com a política moçambicana recente em geral e com o Estado em particular. No entanto, devemos ser cautelosos ao analisar estes levantamentos populares moçambicanos, assim como os do Norte de África e do Médio Oriente na Primavera de 2011, como fenómenos inteiramente novos. Hobsbawm, por exemplo, estudou as multidões urbanas envolvidas na “rebelião primitiva” pré-industrial no sul da Europa: “nessas cidades a população [assalariados, pequenos proprietários e pobres urbanos] viviam uma relação estranha com seus governantes, constituída em partes iguais de parasitismo e de tumultos” (Hobsbawm 1965 [1959], p.115). A descrição que Hobsbawm dá de uma ordem política que alterna ciclicamente entre formas de revolta redistributiva e modos de apropriação pela elite parece assemelhar-se às greves recorrentes em Moçambique, em 2008 e 2010. Hobsbawm continua salientando três características da “multidão”: que “ela não se revoltava apenas para protestar, mas para obter algo”; que era “sempre dirigida contra os ricos e poderosos (embora não necessariamente contra o chefe do Estado, ou da cidade)”; e que exprimia a hostilidade contra os “estrangeiros” (non-townsmen) (Hobsbawm 1965 [1959], p.111f). Embora alguns destes aspectos sejam conformes às características dos levantamentos populares moçambicanos, a pilhagem e o ataque a estrangeiros (indianos, chineses, nigerianos, somalis), as greves não foram especificamente dirigidas “contra os ricos e poderosos”. Como se viu, os espaços urbanos da elite de Maputo e Chimoio foram isolados pela polícia e houve um número de alvos que não pertenciam à elite e que foram visados (as bancas dos somalis, por exemplo).

A descrição de Hobsbawm das revoltas vai na direcção das análises que as consideram “válvulas de segurança” para aliviar a frustração popular. Tais análises empregam frequentemente o termo “revolta da fome” (*food riot*) para designá-las (ver Walton e Sneddon, 2011). Este ponto de vista pressupõe instrumentalidade, claramente contida no termo “descontentamento”, e ignora o fervor da criatividade e a experiência de excesso que caracterizam muitas revoltas populares, nomeadamente as de Moçambique. Além disso, a experiência festiva que os meus interlocutores testemunharam corresponde com a atmosfera relatada noutros lugares: uma descrição de um participante nas manifestações anti-globalização de 2001 em Génova, por exemplo, dá conta que os confrontos com a polícia e destruição de carros e de certas lojas era uma experiência carnavalesca (One Off Imprensa, 2001). Essas mesmas

características são muitas vezes referidas para descrever os mais recentes protestos urbanos na Grã-Bretanha (Easton, 2011). Uma reflexão similar pode ser vista na análise da antropóloga, Sherry Turkle (1975), sobre a dimensão simbólica de festa que caracterizou as revoltas estudantis de Paris, em Maio de 1968. Turkle afirma que “parece que [e]stes grupos não pretendem implementar um programa, mas sim expressarem a sua existência, ou a espontaneidade de um grupo recém-formado que se liberta, através do seu protesto, de papéis e obrigações sociais” (Turkle, 1975, p.68).

Características semelhantes são também identificadas em diversos estudos históricos e contemporâneos de África. Glassman (1995), por exemplo, sublinha a importante relação entre o fervor religioso e os levantamentos de grande escala em cidades da costa swahili, no final dos anos 1800. Ele mostra que o potencial festivo da ocasião foi subestimado pelos senhores coloniais alemães. Glassman conclui que tal erro de cálculo em relação aos acontecimentos violentos que se seguiram levou a uma derrota temporária e à expulsão dos colonos, argumentando que os rituais criaram um ambiente no qual o levantamento e o saque eram possíveis como expressão de festa. Na mesma linha, um estudo realizado por Villers e Tshonda (2004; ver também Boeck, 2007) aborda os grandes tumultos que têm marcado Kinshasa ao longo do tempo, desde a década de 1950. Os protestos em Kinshasa de 1991 e 1993, por exemplo, resultaram em ondas de saque: a população seguiu o exemplo do saque, em primeiro lugar dos soldados e depois dos polícias. Muitos habitantes de Kinshasa se referem a esses motins como a grande festa e a sua dinâmica é incorporada em narrativas de cultura política e autoridade historicamente produzidas, assim como em modalidades de apropriação e redistribuição.

Visivelmente, o fervor das greves moçambicanas e os seus elementos lúdicos e festivos não podem ser totalmente explicados quer pela instrumentalidade política, quer sustentando que são simples produto da necessidade económica. Embora os contextos etnográficos e históricos descritos acima sejam muito diferentes de Chimoio e Maputo em 2010, existem semelhanças na forma como as revoltas populares envolvem formas dinâmicas de igualitarismo colectivo e exibem uma política de excesso. Indiscutivelmente, estes elementos estão contidos na noção de Durkheim de efervescência, citada no início deste artigo, como parte integrante dos períodos revolucionários ou de grande criatividade. Parkin (2007, p.246) entende que a noção de Durkheim é necessária considerando a força, a volatilidade e a dinâmica (insurreccional) da multidão:

Por outras palavras, a efervescência, tal como a multidão, é intrinsecamente ambivalente do ponto de vista emocional, capaz de mudar de humor por uma combinação de dinamismo interno e externo. Inscrita na própria constituição física da

multidão, temos, pois, na efervescência o potencial para a cismogênese, expresso como íntima ligação física, violência e, sempre, pura energia física.

A noção de efervescência ajuda a nossa compreensão do sentimento de excitação e empoderamento, tão importante nas experiências dos levantamentos dos meus interlocutores (Groes-Green, p.2010, ver também Verkaaik 2004, p.111, para uma análise relacionada). Com efeito, os meus interlocutores enfatizam fortemente essa excitação, que ocorreu quando se envolveram em confrontos com a polícia, participaram nas pilhagens e atacaram ou ocuparam espaços associados ao Estado. Essa multiplicidade em termos de relações entre o Estado e a sua população também foi discutida por Mbembe (2001), que enfatiza que o Estado pós-colonial não pode ser totalmente compreendido através das dicotomias habituais como oprimidos/opressores, ou resistência/poder. Em vez disso, Mbembe sugere que analisemos o jogo e o carnavalesco nas epistemologias e práticas do poder, nas quais “os que comandam e os que devem obedecer estão tão enredados que se anulam mutuamente” (Mbembe 2001, p.133).

No entanto, a natureza emaranhada dos dois grupos (muitas vezes indiscerníveis) não termina necessariamente em espirais de simulacros ou de desempoderamento mútuo e, mais uma vez, as greves tal como elas se desenrolaram são disso exemplo: para além da violência perpetrada pelo Estado moçambicano na tentativa de sufocar (ao invés de conter) a revolta popular, da mesma maneira que no caso de Kinshasa acima referido, muitos polícias participaram activamente nas barricadas das ruas e, em particular, no saque de armazéns e lojas. Os meus interlocutores testemunharam que não só os polícias se aproveitaram das revoltas populares para roubar arroz e óleo de cozinha, mas que também atiraram gás lacrimogénico para a multidão e os espectadores. A dinâmica de revolução carnavalesca, efervescente e transgressiva também foi expressa por um homem que entrevistei em Outubro de 2010. Ele é representativo daqueles com quem falei: vive num bairro de Chimoio que só teve acesso à electricidade em 2010 e faz parte de uma família em que a maioria dos adultos estão sub-empregados ou trabalham como comerciantes informais. No entanto, ele é atípico pelo facto de ser membro da polícia e de se ter juntado aos manifestantes no primeiro dia da greve de 2010:

A greve foi como uma grande festa. Sabe, somos pobres. E somos pobres há muito tempo. O fim da guerra não mudou nada. As greves, são como se estivéssemos a dizer “agora eles estão com medo de nós!” É um sentimento bom, eles podem agora sentir um pouco do nosso medo. E conseguimos tirar alguma coisa deles, daqueles que estão ligados à festa, aos criminosos, aos negócios. Eles agora têm medo de nós!

Há vários aspectos fascinantes neste relato, sendo o mais notável que, apesar de ser polícia, muitas vezes considerado simplesmente como um agente do Estado, participou da greve. O segundo aspecto significativo (de acordo com a visão de Mbembe) é que a forma de levantamento popular pode ser considerada como uma das únicas maneiras que as pessoas têm para interagir com o que identificam como o Estado pós-colonial: as suas agências (a polícia, por exemplo) e a sua elite rica e os objectos e domínios do seu poder (estradas, infra-estruturas, telecomunicações). As greves acolheram e realizaram o potencial de confrontação e apropriação do Estado moçambicano e das riquezas dos seus domínios, espaços e agentes. Surgiu assim uma nova forma de colectivo político igualitário, dando forma (e sendo informado por) a memórias e experiências de emancipação contidas no que se tornou uma expressão comum: “Agora, eles têm medo de nós!”

Foi em Chimoio que registei pela primeira vez esta expressão, na sequência da greve de 2008, que, como já foi referido, teve êxito na medida em que forçou o governo moçambicano a retirar (ainda que temporariamente) os aumentos de preços anunciados. Animados pelos sucessos de 2008 e 2010, muitos dos habitantes mais pobres de Chimoio consideram as revoltas como uma forma de enviar mensagens à elite, que é vista como controlando o Estado e os seus negócios empresariais e políticos. Contudo, a forma e a modalidade dos levantamentos populares transcendem essa dimensão: são informados pelo passado moçambicano e ocorrem num contexto de ligações globalizadas e formas emergentes de protesto político horizontais e anti-hierárquicas.

O script das greves: reapropriação do Poder Popular e inspiração global

A direcionalidade e a acção simbólica das greves como “mensagens para a elite” reflectem-se na forma como as canções dos participantes mudaram de 2008 para 2010. Em ambos os eventos, a Frelimo foi alvo dos manifestantes, que usaram a forma invertida de uma canção de elogio, uma prática comum da cultura política moçambicana passada e presente (Vail & White, 1991). Em 2008, em Chimoio, de acordo com os interlocutores entrevistados, eram comuns duas canções: “Wanhonha kudurissa Frelimo”, que se traduz como “Estás a vender a preços muito altos, Frelimo” e “Kudurissa noinda Frelimo”, ou seja, “Até as pequenas coisas estão caras, Frelimo”.⁸ Significativamente, ambas as canções relacionavam directamente a subida dos preços com o partido no poder. O mesmo tipo de raciocínio estava presente em Setembro de 2010, mas agora a canção tem já uma profundidade histórica: “Wadjaira

⁸ A língua dominante na zona de Chimoio é chiTewe, e consultámos algumas obras chave da região de Manica para fazer as traduções aqui apresentadas.

kudurissa Frelimo”, o que significa “Agora estás habituada a vender a preços muito altos, Frelimo”. Além do mesmo destinatário (a Frelimo), a versão 2010 das canções exprime uma ameaça mais clara ao enfatizar que a Frelimo não tinha aprendido com o passado.

Há dois aspectos importantes nestes cânticos que requerem uma atenção particular. Em primeiro lugar, a retórica de “tirar” e de “enviar mensagens” é frequentemente associada à noção de poder popular. O poder popular era a base da política socialista radical do pós-independência sob a presidência de Samora Machel (1975–1986), mas foi abandonado pelas autoridades após o fim da guerra civil (1976–1992) e com as subsequentes reformas neoliberais do sistema político e económico do país (Sumich, 2013). É de salientar, portanto, que a retórica revolucionária do passado está a ganhar força, fora do quadro oficial, no contexto actual de descontentamento político e de violência, tal como também foi observado, talvez sem surpresa, em relação às gangues nicaraguenses e sul-africanas (Jensen e Rodgers, 2009).

Em segundo lugar, as canções durante o que é chamado de greve apontam para relações económicas mais amplas envolvendo o emprego e sua falta actual. Durante o primeiro período pós-colonial, com as políticas socialistas, o emprego era dado pelo Estado através de empresas estatais e de um sistema estatal de, por exemplo, lojas do povo, cooperativas agrícolas e fábricas (Dinerman, 2006). Na fase actual, de crescimento económico pós-socialista, de continuação da pobreza e o aumento dos preços, o emprego continua a ser essencialmente do Estado e da sua elite, tendo deixado de incluir o povo. A linguagem da greve é também uma maneira de “acabar” com o negócio do Estado, e as canções sublinham o conflito entre a ausência de emprego (relativa e vivida) e o aumento dos preços.

Esta segunda dimensão, da falta de emprego, também aponta para uma dimensão internacional da greve. Sugere que houve um processo de aprendizagem – de forma, organização e sucesso – entre 2008 e 2010. Muitos daqueles com quem falei em Chimoio, em Julho-Agosto de 2011, e em Maputo, em Janeiro de 2013, se referiram a movimentos transnacionais de protesto contra os efeitos da marginalização, do desemprego e da corrupção. Os acontecimentos da Inglaterra (ver também Zizek, 2011) atrás mencionados foram frequentemente invocados pelos meus interlocutores de Maputo e Chimoio, por exemplo. Muitas vezes, com grande satisfação, sublinhavam que o protesto violento não era apenas uma característica dos negros, mas que também era usado pelos brancos. Dito de outra forma, para os meus interlocutores, a violência urbana na Inglaterra legitimava a sua participação – e o formato – nas revoltas populares moçambicanas.

Com movimentos recentes tais como Occupy Wall Street ou Los indignados, pode-se argumentar a existência de um “roteiro” de protesto global mais abrangente, organizado horizontalmente e em forma de rizoma contra uma série de problemas,

facilitado através de várias formas de interfaces digitais, media sociais e mensagens virais (ver Juris, 2012). No entanto, embora o potencial insurreccional das novas tecnologias se tenha feito sentir em Moçambique sob a forma de mensagens virais e da cobertura em directo pelos meios de comunicação, as revoltas populares aqui envolveram um confronto muito mais directo com o Estado, os seus aparelhos e domínios do que muitos protestos actuais na América do Norte e na Europa. Incluindo o bloqueio das artérias do Estado (estradas e praças), o ataque a esquadras e polícias, o canto de *slogans* contra o partido no poder e envolvendo saques, considerados como uma forma de redistribuição, as greves destabilizaram, pelo menos momentaneamente, o aparelho e a elite do Estado pós-colonial. Muitos dos meus interlocutores também fizeram uma ligação directa com eventos recentes noutros países africanos e especificamente com os violentos protestos do Malawi, em Julho de 2011 (AFP, 2011). No entanto, embora os protestos no Malawi vizinho tenham sido vistos como inspiradores, um jovem amigo de Chimoio, que trabalhava como cambista do mercado negro, apontou uma diferença significativa numa entrevista em Agosto de 2011:

No Malawi, eles tinham líderes que organizaram os protestos.
Para nós, não há líderes. E nós não queremos líderes! Para nós
... Nós somos só povo. Nós fazemos nós próprios!

Ele não foi o único a referi-lo. Muitos com quem falei se orgulhavam dessa auto-organização inspirada do poder popular de Samora Machel, agora alimentado pelos SMS e pelos telefones celulares. É interessante que a política abandonada da retórica socialista populista – como o povo e o poder popular – tenha ressurgido para dar um enquadramento político-cosmológico aos protestos e sua organização. A espontaneidade, a criatividade e a ameaça iminente da massa foram celebradas como um recurso particular que pode ser mobilizado (ver também Buur, 2009). Também historicamente (de meados de Agosto a meados de Setembro de 1991), a mobilização de massas, claramente ao serviço do poder popular, se transformou numa força irresistível em Maputo, quando grupos de populares assumiram o policiamento e lincharam cerca de 20 supostos criminosos (Mozambiquefile, 1991; ver também Granjo, 2008).

Mais do que reflectir simplesmente os protestos internacionais ou mostrar o potencial da nova tecnologia digital, as greves recorrentes ilustram a natureza da autoridade estatal em Moçambique confrontada não só por forças que lhe são exteriores, mas também por forças internas como, por exemplo, a cumplicidade de agentes da polícia e outros agentes de segurança. Nesta perspectiva, a própria ordem do Estado moçambicano é desafiada por uma série de entidades alternativas e mutáveis,

sendo uma delas a multidão urbana, que se junta e se dissolve rapidamente. Tais confrontações entre processos de controlo do Estado e formações de descontentamento político e social fora do controlo do Estado produzem zonas urbanas instáveis, de presença e ausência estatal.

Esta instabilidade não reflecte apenas uma distinção a longo prazo entre os domínios em que se aplicam a autoridade estatal e os direitos de cidadania e onde eles não se aplicam, reflectida nos debates clássicos sobre as formas de cidadania rural e urbana em Moçambique (O’Laughlin, 2000) e na África em geral (Englund & Nyamnjoh, 2004). Em vez disso, o número de protestos em muitos contextos urbanos africanos nos últimos anos indica que há um descontentamento crescente com as reformas neoliberais e com uma cidadania (urbana) apenas formal. Por exemplo, Bond e Mottiar (2013, p.289) observam que o ‘alto nível de protesto social da África do Sul, conhecido como “protesto pipocas”, dada a sua tendência para crescer e se esvaziar rapidamente’, tem aumentado muito e que em 2011–2012 houve 1091 incidentes registados como “agitação”. Do mesmo modo, Chance (2013) analisa o papel do fogo nas frequentes revoltas e protestos nos municípios da África do Sul, que indica o ressurgimento de “coletividades ingovernáveis [que] ameaçam o poder soberano”.

Em linha com o argumento de Comaroff e Comaroff (2012; ver também Simone & Abouhani, 2005; Berg, 2010) sobre as metrópoles africanas que antecipam o futuro urbano global, considero os confrontos, revoltas e “agitação” como a manifestação de uma forma de governação de cidades globais cada vez mais policêntrica, nodal ou híbrida e que impacta o ordenamento espacial e os sistemas de segurança (Goldstein, 2010; Paasche *et al.*, 2013). Poder-se-ia argumentar que esses desenvolvimentos se traduzem em zonas urbanas crescentemente instáveis, onde a polícia, ou os agentes da segurança privada, por exemplo, não exercem necessariamente a autoridade estatal, mas, pelo contrário, produzem activamente confrontações e se engajam, eles próprios, nas revoltas populares.

De um ponto de vista analítico, o facto de vários agentes da lei e ordem moçambicanos terem participado nos acontecimentos, acrescenta uma nova dimensão ao actual carácter espectral do policiamento – como afirmam Benjamin (1986) e, mais tarde, Agamben (2000) – em que é opinião comum que os polícias estão envolvidos em subornos, assassinatos, sequestros e no crime organizado. No entanto, em Chimoio (como referido acima), as greves e os seus participantes assumem um significado adicional porque representantes do Estado atribuíram *de facto* o poder soberano às pessoas em determinadas áreas urbanas para exercerem a justiça sumária (Bertelsen 2009a). Embora tal facto possa ser cada vez mais comum com a conjugação crescente entre desenvolvimento e segurança (Baker, 2008, McNeish & Lie, 2010), ele envolve formas de mobilização e de agência política que geram outras coletividades igualitárias, como as greves de 2008 e 2010.

Conclusão

Dependendo das perspectivas, os levantamentos populares de 2008 e 2010 podem ser vistos como tendo sido “bem-sucedidos”, no sentido de terem atingido os objectivos imediatos, como a anulação do aumento dos preços de bens e serviços básicos. No entanto, de um ponto de vista analítico, as revoltas geraram novas colectividades e uma autoridade política efémera, que não era imaginada nem desejada pelos agentes do Estado moçambicano. É difícil prever quais serão os efeitos a longo prazo desses confrontos recorrentes entre manifestantes e agentes estatais em termos da estabilidade do Estado, da responsabilidade policial, do futuro da Frelimo e do potencial para a oposição política capitalizar o descontentamento popular.

Contudo, certos acontecimentos de 2013 e 2014 parecem indicar que a memória das grandes greves de 2008 e 2010 é significativa, uma vez que outros protestos surgiram em todo o país: por exemplo, houve protestos espontâneos e violentos na Beira na sequência de um rumor de que militares estavam a capturar jovens para serem integrados nas fileiras do exército e serem enviados para o combate, num ambiente de crescentes confrontações armadas com a Renamo em 2013 e 2014 (AIM, 2013a e Mediafax, 2014). Além disso, muitos outros acontecimentos, como um confronto violento entre um grupo de partidários da oposição e a polícia anti-motim moçambicana e apoiantes da Frelimo (AIM, 2013b) durante a campanha eleitoral de 2014, indicam um efeito ainda presente (tanto em termos de memória, como de forma de mobilização) das greves de 2008 e 2010.

Para além do seu efeito nas ruas das cidades moçambicanas, é claro que estas duas revoltas populares de grande escala destabilizaram a imagem de um Estado soberano e poderoso sob a direcção da Frelimo, que perdeu em certos momentos o controlo do espaço urbano, tanto na capital, Maputo, como noutras grandes cidades, como Chimoio. Portanto, como antropólogos interessados nas questões de soberania em África, não devemos limitar a nossa pesquisa aos contextos centrais das capitais, nem na análise das suas elites, sejam elas agentes do governo ou burocratas do desenvolvimento. A antropologia deve também interessar-se pelas dimensões de efervescência, criatividade e festa dos levantamentos populares, e pela criação pelos manifestantes de uma forma política de acção orientada e fortemente igualitária consistindo na ocupação de espaços do Estado no ataque a esquadras de polícia. As noções de efervescência e de efémero que caracterizaram os levantamentos populares são aspectos-chave de uma forma de política pós-colonial, tal como se desenvolve em contextos como Moçambique, uma forma irredutível ao mundo bem ordenado da representação (das ONGs, sindicatos e organizações políticas), por exemplo, ou à participação bem orquestrada no discurso público (através dos meios de comunicação de massa nas suas várias formas).

Isto significa que não podemos defender uma imagem do cidadão pós-colonial em Moçambique como unicamente interessado no seu bem-estar, nem sustentar que a natureza compósita do Estado de partido único engajado numa política de desenvolvimento e de acumulação de elite de alguma forma subjugou os moçambicanos, ou que envolveu governantes e governados num relacionamento de mútuo desempoderamento. Isto não quer dizer que as pessoas pobres nos bairros sejam em geral optimistas. Na verdade, é mesmo o oposto: o cinismo reina e eles têm pouca esperança para si próprios em termos de desenvolvimento económico. Apesar disso, a política é seguida de perto, comentada e criticada, e o facto de as pessoas também se envolverem em acções directas de risco – como as greves – testemunha um engajamento político. Mais amplamente, o caso dos levantamentos populares também mostra que a antropologia deve ser cuidadosa em relação à reprodução da retórica oficial da “democracia multipartidária” e ao conformismo analítico com o tecnicismo das abordagens procedimentais da cidadania, da política e da democracia. As greves são eventos multi-sémicos, festivos e carnavalescos que perturbam e se apropriam de forma efémera de elementos da soberania do Estado pós-colonial. São exemplo do tipo de acção política diferente com a qual a antropologia se deve preocupar (ver também Obadare & Willems, 2014).

Voltando ao ponto de partida deste artigo, a noção de Bayart de “Estado de rizoma” pós-colonial não parece ter aplicação em Estados pós-coloniais, como o de Moçambique. Aqui, as capacidades rizomáticas inerentes aos levantamentos populares apresentam-se como libertas e têm a capacidade de destabilizar e desafiar os espaços do Estado, os agentes estatais e os domínios da riqueza. Nestes contextos, as redes rizomáticas não ligam, como é suposto na análise de Bayart, o baixo e o alto em múltiplas formas simbólicas e materiais para compor uma “malha de redes” controlada e constituída pelo Estado pós-colonial.

O próprio Bayart observa que ‘também estamos “cansados da árvore”, dessa metáfora arbórea do Estado que, na verdade, esgota os teóricos. O nosso tempo seria melhor gasto tentando entender os mistérios do rizoma’ (Bayart, 1993, p221). De facto, os “mistérios do rizoma” envolvem formas totalmente novas de engajamento na política e na democracia em Moçambique e não só. E essas formas têm um horizonte para além do de um Estado predador baseado numa “malha de redes”. Ou seja, a política das greves moçambicanas é de tipo aberto e experimental, repleta de aspirações e excessos igualitários que não estão contidos na imagem sombria da ordem política pós-colonial, frequentemente difundida por Bayart, por exemplo. Embora a presente leitura seja optimista e sustentada por novas formas de protesto mais recentes em Moçambique em 2012, 2013 e 2014, também corresponde ao que é dito pelos que participaram ou apoiaram os levantamentos populares em Chimoio: “Agora, eles têm medo de nós!”

Agradecimentos

A elaboração deste texto foi longa e gostaria, antes de mais, de agradecer a Nils Ole Bubandt e aos dois leitores anónimos pelos comentários críticos importantes e muito úteis. Gostaria também de agradecer a Jean e John Comaroff por me terem permitido apresentar um esboço anterior deste artigo no Workshop África da Universidade de Harvard, em Outubro de 2013. Agradeço também a Achille Mbembe, Kerry Chance, Lauren Coyle, Claudia Gastrow, Pauline Peters, Lucie White, Jorge Kmpox e todos os outros que se dispuseram a ler, comentar e discutir o texto enquanto estavam em Harvard. Agradeço também os comentários que recebi ao apresentar as versões anteriores do artigo no Departamento de Antropologia Social da Universidade de Oslo (convidado por Rune Flikke), no Departamento de Antropologia e Arqueologia da Universidade de Tromsø (convidado por Ole-Bjørn Fossbakk) e, finalmente, no Departamento de Antropologia da Universidade de Estocolmo (convidado por Staffan Löiving). Agradeço também a Carmeliza Rosário, a Inge Tvedten, a Hege Toje, a Ingrid Samset, a Jason Sumich, a Ørnulf Gulbrandsen, a Kjetil Fosshagen e a Bruce Kapferer que, nalgum momento, leram e comentaram este trabalho. Naturalmente, todas as falhas e erros são da minha responsabilidade.

Referências

- AFP. 2010. Mozambique Blocked Text Messaging After Riots: Report. Notícia publicada a 10/09/2010. <http://en.starafrica.com/news/mozambique-blockedtext-messaging-after-84725.html> (Acedido a 10/06/2014).
- . 2011. Malawi Protest Leaders in Hiding. Notícia publicada a 25/07/2011. <http://www.news24.com/Africa/News/Malawi-protest-leaders-in-hiding-20110725> (Acedido a 10/06/2014).
- AfricaFocus. 2010. Mozambique: Police and Protesters. Publicado a 10/09/2010. <http://allafrica.com/stories/201009130905.html> (Acedido a 15/06/2011).
- Agamben, G. 2000. *Means without End: Notes on Politics*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- AIM. 2013a. Mozambique: Two Detained for Illegal Recruiting. Agencia de Informação de Moçambique. Notícia publicada a 17/11/2013. <http://allafrica.com/stories/201312100336.html> (Acedido a 10/06/2014).
- . 2013b. Mozambique: Beira Violence – 20 Arrests, Five Hospitalised. Agencia de Informação de Moçambique. Notícia publicada a 17/11/2013. <http://allafrica.com/stories/201311181255.html> (Acedido a 10/06/2014).
- Archambault, J.S. 2011. Breaking up ‘Because of the Phone’ and the Transformative Potential of Information in Southern Mozambique. *New Media Society*, 13(3): 444–456.

- Badiou, A. 2012. *The Rebirth of History*. London/New York, NY: Verso.
- Baker, B. 2008. *Multi-Choice Policing in Africa*. Uppsala: Nordic Africa Institute.
- Bayart, J. 1993. *The State in Africa: The Politics of the Belly*. London: Longman.
- Benjamin, W. 1986. *Reflections: Essays, Aphorisms, Autobiographical Writings*. New York, NY: Schocken Books.
- Berg, J. 2010. Seeing like Private Security: Evolving Mentalities of Public Space Protection in South Africa. *Criminology and Criminal Justice*, 10(3): 287–301.
- Bertelsen, B. 2009a. Multiple Sovereignties and Summary Justice in Mozambique: A Critique of Some Legal Anthropological Terms. *Social Analysis*, 53(3): 123–147.
- . 2009b. Sorcery and Death Squads: Transformations of State, Sovereignty, and Violence in Postcolonial Mozambique. In *Crisis of the State: War and Social Upheaval*, editado por Kapferer, B. & Bertelsen, B.E. pp.210–240. New York, NY: Berghahn Books.
- . 2010. Securitisation of the Social and State Transformation from Iraq to Mozambique. In *Security and Development*, editado por John-Andrew McNeish & Jon H.S. Lie. pp.84–98. New York, NY: Berghahn Books.
- . 2011. ‘Entering the Red Sands’: The Corporality of Punishment and Imprisonment in Chimoio, Mozambique. *Journal of Southern African Studies*, 37(3): 611–626.
- . 2014. Maize Mill Sorcery: Cosmologies of Substance, Production and Accumulation Engaged in Central Mozambique. In *Framing Cosmologies: The Anthropology of Worlds*, editado por Abramson, A. & Holbraad, M. pp.199–220. Manchester: Manchester University Press.
- . 2016. *Violent Becomings: State Formation, Culture and Power in Mozambique*. New York, NY: Berghahn Books.
- Bertelsen, B.E., Tvedten I. & Roque S. 2013. Engaging, Transcending and Subverting Dichotomies: Discursive Dynamics of Maputo’s Urban Space. *Urban Studies*. doi:10.1177/0042098013512872
- Boeck, F. 2007. La ville de Kinshasa, une architecture du verbe. <http://www.eurozine.com/articles/2007-05-25-deboeck-fr.html> (Acedido a 10/06/2011).
- Bond, P. & Shauna M. 2013. Movements, Protests and a Massacre in South Africa. *Journal of Contemporary African Studies*, 31(2): 283–302.
- Buur, L. 2009. The Horror of the Mob: The Violence of Imagination in South Africa. *Critique of Anthropology*, 29(1): 27–46.
- Buur, L., Steffen J., & Finn S. (Eds.). 2006. *The Security–Development Nexus: Expressions of Sovereignty in Southern Africa*. Uppsala: Nordiska Afrikainstitutet.
- Cahen, M. 2010. ‘Resistência Nacional Moçambicana’, de la victoire à la déroute? *Politique Africaine*, 117(1): 23–43.

Centro de Integridade Pública (CIP). 2010. *Polícia sem preparação, mal equipada e corrupta*. Maputo: CIP.

Chance, K. 2013. “‘Where There Is Fire, There Is Politics’: Ungovernability in Democratic South Africa’. Manuscrito postado em https://www.academia.edu/5393641/_Where_There_is_Fire_There_is_Politics_Ungovernability_in_Democratic_South_Africa (Acedido a 13/12/2013).

Clément, J.A.P. & Shanaka J.P. (Eds.). 2008. *Post-Stabilization Economics in Sub-Saharan Africa: Lessons from Mozambique*. Washington, DC: IMF.

Club of Mocambique. 2014. ‘Governo de Moçambique quer criminalizar SMSs, e-mails e posts insultuosos na internet’. Artigo publicado online a 27/04/2014 em <http://www.clubofmozambique.com/pt/sectionnews.php?secao=economia&cid=28530&tipo=one> (Acedido a 8/04/2014).

Comaroff, J. & Jean L.C. 2012. *Theory from the South: Or, How Euro-America Is Evolving Towards Africa*. Boulder, CO: Paradigm Publishers.

Cunguara, B. 2012. An Exposition of Development Failures in Mozambique. *Review of African Political Economy*, 39(131): 161–170.

Cunguara, B. & Hanlon J. 2012. Whose Wealth Is It Anyway? Mozambique’s Outstanding Economic Growth with Worsening Rural Poverty. *Development and Change*, 43(3):623–647.

Deleuze, G. & Guattari F. 2002 [1980]. *A Thousand Plateaus: Capitalism and Schizophrenia*. London: Continuum.

Dinerman, Alice. 2006. *Revolution, Counter-Revolution and Revisionism in Post-Colonial Africa: The Case of Mozambique, 1975–1994*. New York, NY: Routledge.

Durkheim, É. 1995 [1912]. *The Elementary Forms of Religious Life*. Translated by Karen E. Fields. New York, NY: The Free Press.

———. 2008 [1915]. *The Elementary Forms of the Religious Life*. Translated by Joseph, W.S. Mineola, NY: Dover Publications.

Eagle, N. 2010. Economics and Power within the African Telecommunications Industry. In *SMS Uprising: Mobile Activism in Africa*, editado por Ekine S. pp.1–16. Cape Town: Pambazuka Press.

Easton, M. 2011. England Riots: The Feast of Fools? Artigo publicado a 6/09/2011 em <http://www.bbc.co.uk/news/uk-14807665> (Acedido a 5/06/2012).

Englund, H. & Nyamnjoh, F. (Eds.). 2004. *Rights and the Politics of Recognition in Africa*. London: Zed Books.

Fassin, D. 2012. *Humanitarian Reason: A Moral History of the Present*. Berkeley: University of California Press.

Fields, K.E. 1995. Translator’s Introduction: Religion as an Eminently Social Thing. In *The Elementary Forms of Religious Life*, editado por Durkheim, É. pp.xvii–lxxiii. New York, NY: The Free Press.

Fosshagen, K.K. (Ed.). 2014. *Arab Spring: Uprisings, Forces, Interventions*. New York, NY: Berghahn Books.

Friebel, G, Gallego J.M. & Mendola M. 2012. Xenophobic Attacks, Migration Intentions, and Networks: Evidence from the South of Africa. *Journal of Population Economics*, 26(2): 555–591.

Geffray, C. 1990. *La Cause des Armes au Mozambique. Anthropologie d'une Guerre Civile*. Paris: Karthala.

Ginty, R.M. 2004. Looting in the Context of Violent Conflict: A Conceptualisation and Typology. *Third World Quarterly*, 25(5):857–870.

Glassman, J. 1995. *Feasts and Riots: Revelry, Rebellion, and Popular Consciousness on the Swahili Coast, 1856–1888*. Portsmouth, NH: Heinemann.

Goldstein, D.M. 2010. Toward a Critical Anthropology of Security. *Current Anthropology*, 51(4): 487–517.

Granja, P. 2008. O linchamento como reivindicação e afirmação de poder. In *Linchamentos em Moçambique I (uma desordem que apela à ordem)*, editado por Carlos Serra. pp.87–107. Maputo: Centro de Estudos Africanos, Unidade de Diagnóstico Social, Universidade Eduardo Mondlane.

Groes-Green, C. 2010. Orgies of the Moment: Bataille's Anthropology of Transgression and the Defiance of Danger in Post-Socialist Mozambique. *Anthropological Theory*, 10(4): 385–407.

Hanlon, J. 2009. Mozambique: The Panic and Rage of the Poor. *Review of African Political Economy*, 36(119): 125–130.

Hansen, T.B. & Stepputat F. 2005. Introduction. In *Sovereign Bodies: Citizens, Migrants and States in the Postcolonial World*, editado por Hansen, T.B. & Stepputat, F. pp.1–36. Princeton, NJ: Princeton University Press.

Harvey, D. 2012. *Rebel Cities: From the Right to the City to Urban Revolution*. London: Verso.

Hellström, J. 2011. Mobile Governance: Applications, Challenges and Scaling-Up. In *Mobile Technologies for Conflict Management: Online Dispute Resolution, Governance and Participation*, editado por Marta Poblet. pp.159–179. Heidelberg: Springer.

Hobsbawm, E. 1965 [1959]. *Primitive Rebels: Studies in Archaic Forms of Social Movement in the Nineteenth and Twentieth Centuries*. New York, NY: Norton, W.W.

Isaacman, A.F. 1978. *A Luta Continua: Creating a New Society in Mozambique*. Binghamton: Fernand Braudel Center.

Jensen, S. & Rodgers, D. 2009. Revolutionaries, Barbarians or War Machines? Gangs in Nicaragua and South Africa. *Socialist Register*, 45: 220–238.

Juris, J.S. 2012. Reflections on #Occupy Everywhere: Social Media, Public Space, and Emerging Logics of Aggregation. *American Ethnologist*, 39(2): 259–279.

Kyed, H.M. 2009. Traditional Authority and Localization of State Law: The Intricacies of Boundary Marking in Policing Rural Mozambique. In *State Violence and Human Rights: State Officials in the South*, editado por Andrew Jefferson & Steffen Jensen. pp.41–59. Abingdon: Routledge-Cavendish.

———. 2012. ‘Novos’ intervenientes não-estatais no cenário jurídico plura de Moçambique: A função contestada do Policiamento Comunitário. In *A dinâmica do pluralismo jurídico em Moçambique*, editado por Kyed H.M., Coelho J.P.B, Souto, A.N. & Araújo, A. pp.227–250. Maputo: Centro de Estudos Sociais Aquino de Bragança.

Lodge, T. 2013. Introduction: Social Movements and Political Change in Africa. *Journal of Contemporary African Studies*, 31(2): 147–155.

Lubkemann, S. 2008. *Culture in Chaos: An Anthropology of the Social Condition of War*. Chicago, IL: University of Chicago Press.

Mabila, F, Mboane J.M.N & Mondlane, A.I. 2010. *Mozambique ICT Sector Performance Review 2009/2010*. Cape Town: Research ICT Africa.

Manning, C. & Marlborough, C. 2012. *The Changing Dynamics of Foreign Aid and Democracy in Mozambique*. Helsinki: UNU World Institute for Development Economics Research (UNU-WIDER).

Mazzarella, W. 2010. The Myth of the Multitude, or, Who’s Afraid of the Crowd? *Critical Inquiry*, 36(4): 697–727.

Mbembe, A. 2001. *On the Postcolony*. Berkeley: University of California Press.

McKay, R. 2012. Documentary Disorders: Managing Medical Multiplicity in Maputo, Mozambique. *American Ethnologist*, 39(3): 545–561.

McNeish, J. & Lie, J.H.S. (Eds.). 2010. *Security and Development*. New York, NY: Berghahn Books.

Mediafax. 2014. ‘Conflito armado não declarado já está nas 3 regiões do país. Seis agentes da FIR mortos e oito feridos no assalto à base da Renamo’. Mediafax, 5464, 8/01/2014.

Mozambiquefile. 1991. Reaching the ‘Riot Threshold’. *Mozambiquefile*, 182: 3–4.

Newitt, M.D.D. 1995. *A History of Mozambique*. London: Hurst.

Nordstrom, C. 1997. *A Different Kind of War Story*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.

Obadare, E. & Willems, W. (Eds.). 2014. *Civic Agency in Africa: Acts of Resistance in the 21st Century*. Suffolk: James Currey.

O’Laughlin, B. 2000. Class and the Customary: The Ambiguous Legacy of the Indigenato in Mozambique. *African Affairs*, 99(394): 5–42.

One Off Press. 2001. *On Fire: The Battle of Genoa and the Anti-Capitalist Movement*. Edinburgh: One off Press.

Paasche, T.F. & Sidaway, J.D. 2010. Transecting Security and Space in Maputo. *Environment and Planning A*, 42(7): 1555–1576.

Paasche, T.F., Yarwood, R. & Sidaway, J.D. 2013. Territorial Tactics: The Socio-spatial Significance of Private Policing Strategies in Cape Town. *Urban Studies*. doi:10.1177/0042098013499084

Poblet, M. (Ed.). 2011. *Mobile Technologies for Conflict Management: Online Dispute Resolution, Governance and Participation*. Heidelberg: Springer.

Ribeiro, D. 2010. Disappearing Forests, Disappearing Hope. In *Chinese and African Perspectives on China in Africa*, editado por Li, A.W., Mbaye, S.H., Naidu, S., Harneit-Sievers, A & Marks, S. pp.155–162. Oxford: Pambazuka Press.

Rudé, G. 2005 [1964]. *The Crowd in History: A Study of Popular Disturbances in France and England, 1730–1848*. London: Serif.

Santos, B.S. 2006. The Heterogeneous State and Legal Pluralism in Mozambique. *Law & Society*, 40(1):39–77.

Serra, C. (Ed.). 2008. *Linchamentos em Moçambique I (uma desordem que apela à ordem)*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane.

———. (Ed.). 2010. *A Construção Social do Outro*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane.

Simone, A. 2004. *For the City Yet to Come: Changing African Life in Four Cities*. Durham, NC/London: Duke University Press.

Simone, A & Abouhany, A. (Eds.). 2005. *Urban Africa. Changing Contours of Survival in the City*. Dakar/London/New York, NY/Pretoria: CODESRIA Books em associação com Zed Books e University of South Africa Press.

Sumich, J. 2010. The Party and the State: Frelimo and Social Stratification in Post-Socialist Mozambique. *Development and Change*, 41(4): 679–698.

———. 2013. Tenuous Belonging: Citizenship and Democracy in Mozambique. *Social Analysis*, 57(2): 99–116.

Turkle, S.R. 1975. Symbol and Festival in the French Student Uprising (May–June 1968). In *Symbol and Politics in Communal Ideology: Cases and Questions*, editado por Sally F. Moore & Barbara G. Myerhoff. pp.68–100. Ithaca, NY: Cornell University Press.

Vail, L. & White, L. 1991. *Power and the Praise Poem: Southern African Voices in History*. Charlottesville: University Press of Virginia.

Verkaaik, O. 2004. *Migrants and Militants: Fun and Urban Violence in Pakistan*. Princeton, NJ: Princeton University Press.

Villers, G. de & Tshonda J.O. 2004. When Kinosis Take to the Streets. In *Reinventing Order in the Congo: How People Respond to State Failure in Kinshasa*, editado por Theodore Trefon. pp.137–154. London: Zed Books.

Walton, J & Sneddon, D. 2011. *Free Markets and Food Riots: The Politics of Global Adjustment*. London: Blackwell.

West, H. 2005. *Kupilikula: Governance and the Invisible Realm in Mozambique*. Chicago, IL: University of Chicago Press.

Zhangazha, W. 2011. Zimbabwe: Mugabe Warned about Uprisings. Artigo publicado originalmente em Zimbabwe Independent a 1/04/2011. <http://allafrica.com/stories/201104010707.html> (Acedido a 30/05/2011).

Žižek, S. 2011. Shoplifters of the World Unite. *London Review of Books*, 16/08/2011.